

**O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE NOS PLANOS DE GOVERNO DOS  
PRESIDENCIÁVEIS DE 2014 NO BRASIL**

**SAMARA DA SILVA TRAJANO**

samara.trajano@hotmail.com

**ANTONIO ALISON VASCONCELOS MARQUES**

alisonvmarques@edu.unifor.br

**FÁBIO FREITAS SCHILLING MARQUESAN**

UNIVERSIDADE DE FORTALEZA

fabioschilling@yahoo.com.br

## O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE NOS PLANOS DE GOVERNO DOS PRESIDENCIÁVEIS DE 2014 NO BRASIL

### Resumo

O objetivo do trabalho é verificar a coerência do discurso sobre sustentabilidade que foi veiculado nos planos de governo dos candidatos à presidência do Brasil em 2014 em relação às linhas históricas e ideológicas seguidas por seus partidos políticos. Realizamos uma análise de conteúdo a partir da frequência com que os termos “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável” apareciam nos planos de governo de cada candidato. Em seguida, empreendemos uma categorização desses termos com amparo na distinção proposta por Hopwood, Mellor, O’Brien (2005), entre as posturas “conservadora”, “reformadora” ou “transformadora”. O resultado dessa categorização aponta a relação entre a coerência do discurso e a orientação dos partidos. Não foi possível identificar com clareza a visão da candidata Dilma, sugerindo uma abordagem mais de *status quo* ou reformadora. O candidato Aécio é predominantemente reformador, porém em muitas partes, pode-se encontrar também uma visão de *status quo*. A candidata Marina, é predominantemente reformadora, porém em certo momento é possível observar um discurso transformador e a Luciana Genro possui uma abordagem transformadora segundo Hopwood, Mellor e O’Brien (2005). A exceção do discurso proferido por Luciana Genro, os demais candidatos, em graus variados, apresentaram incoerências em seus discursos.

**Palavras-chave:** desenvolvimento sustentável, política, eleições 2014, discurso político, análise de discurso.

### Abstract

The objective of this paper is to verify the coherence of the discourse on sustainability that was conveyed in the plans of government of the candidates for the presidency of Brazil in 2014 in relation to the historical and ideological lines followed by their political parties. We conducted a content analysis from the frequency with which the terms "sustainability" and "sustainable development" appeared in each candidate's plans. Next, we undertake a categorization of terms supported in the distinction proposed by Hopwood, Mellor, O'Brien (2005), as "conservative", "reforming" or "transforming" positions. The result of this categorization points to the relationship between the coherence of the discourse and the orientation of the parties. It was not possible to clearly identify the vision of the candidate Dilma, suggesting a more status quo or reformist approach. The candidate Aécio is predominantly reformer, but in many parts, one can also find a view of the status quo. The Marina candidate is predominantly reforming, but at one point it is possible to observe a transformative discourse and Luciana Genro has a transformative approach according to Hopwood, Mellor and O'Brien (2005). An exception to the speech given by Luciana Genro, the other candidates, to varying degrees, presented inconsistencies in their speeches.

**Key words:** Sustainable Development. Politics. 2014 Elections. Political Speech. Discourse Analysis.

### INTRODUÇÃO

As discussões sobre a temática da sustentabilidade (que perpassa expressões correlatas, como desenvolvimento sustentável, meio ambiente, ecologia, natureza etc.) têm ganhado cada

vez mais força. Elas estão presentes nos mais diversos setores da sociedade, sendo motivo de estudos e debates no âmbito acadêmico, na pauta de movimentos sociais, de organizações internacionais, de organizações não governamentais (ONGs) e da mídia em geral (SORDI, 2014). No Brasil, as pesquisas sobre a questão ganharam impulso apenas no correr da década de 1990 (SOUZA, RIBEIRO, 2013), ainda que já nos anos 1970, movimentos ambientalistas começassem a aparecer.

Romeiro (2012) sustenta que as concepções sobre a temática surgiram do esforço daqueles que buscavam encontrar uma via opcional contra o chamado desenvolvimentismo, por um lado, e aqueles que sustentavam a ideia de crescimento zero, por outro. Os primeiros acreditavam no crescimento como solução de problemas de ordem econômica. Os últimos defendiam que, caso o modo de exploração dos recursos realizado em escala geométrica não estagnasse, tal exploração levaria a uma catástrofe mundial.

Em paralelo a essa discussão, Hopwood, Mellor, O'Brien (2005) mapearam três diferentes abordagens sobre a temática. Por *status quo*, os autores compreendem aquelas ideias que não buscam uma grande mudança na sociedade. Enquanto que os reformadores admitem uma certa mudança em relação ao que está dado, porém não acreditam ser necessária uma mudança mais ampla da sociedade. Já os transformadores acreditam que o desenvolvimento sustentável só pode ocorrer mediante uma mudança radical no sistema social.

Nesse quadro, Sordi (2014, p. 109) pondera que “as alterações geradas pela globalização sobre as estruturas do Estado-nação constituem o contraponto necessário para a análise sobre a possibilidade de compatibilizar os objetivos, as diretrizes e os conteúdos que a expressão desenvolvimento sustentável engloba”. Ao inserir a temática socioambiental no âmbito político, o autor informa ainda que as teorias que “abordam e defendem a sustentabilidade e desenvolvimento, carecem de maior aprofundamento na dimensão político-democrática” (p. 106).

Camargo (2004) ressalta que o Brasil possui uma das legislações ambientais mais avançadas do mundo, além de ser um dos poucos países a ter um capítulo especial na constituição federal sobre a temática. No entanto, para Carvalho e Schimansk (2012, p. 19), muitas vezes, “a disputa eleitoral aparece como uma disputa de marketing político e o discurso do meio ambiente é um componente publicitário, muito mais do que um argumento”.

Pautasso e Adam (2014, p. 39) frisam que as eleições de 2014 recolocaram no debate de política externa, “os dois modelos e estratégias fundamentais de inserção internacional: autonomismo e alinhamento. Os autores também ressaltam que esse pleito coloca em disputa “o próprio dilema e contradição que vem atravessando a história brasileira e latino-americana como um todo.

Diante disso, o objetivo do trabalho é analisar, comparativamente, a forma como o discurso da sustentabilidade foi apropriado pelos candidatos à presidência da República do Brasil no ano de 2014 em relação à linha ideológica de seus partidos. Essa relação encontra amparo no mapeamento realizado por Hopwood, Mellor e O'Brien (2005).

Definimos como critério de corte os candidatos que obtiveram mais de um milhão de votos no primeiro turno. São eles: Dilma Rousseff (PT – 43.253.800 votos), Aécio Neves (PSDB – 34.857.715 votos), Marina Silva (PSB – 22.159.951 votos) e Luciana Genro (PSOL – 1.609.982 votos).

O trabalho foi organizado da seguinte forma: na primeira seção após esta introdução, apresentamos a forma como as discussões sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável ganharam corpo nos últimos anos, que muitas vezes se confundem na forma como são apresentados no discurso político. Nessa primeira seção também conseguimos acompanhar a evolução dessa abordagem desde a década de 1990. Em seguida, essa apresentação é estendida com foco no discurso político brasileiro, bem como os momentos históricos do país em que se fez necessário a presença dessa discussão ambiental. A metodologia apresenta as etapas em que

coletamos as informações para compor esta pesquisa, que é documental, descritiva, e com abordagem qualitativa. Na Discussão de Resultados, encontramos a análise de conteúdo dos planos de governo dos presidentes de 2014, bem como a análise de discurso.

## 1 SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As discussões sobre o tema sustentabilidade / desenvolvimento sustentável ganharam um espaço mais amplo no Brasil a partir de 1990 (SOUZA, RIBEIRO, 2012). Dentre as muitas definições existentes, a mais comum foi apresentada no Relatório de Brundtland em 1987, que define desenvolvimento sustentável como o desenvolvimento que consegue atender “às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras a atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988, p.46).

Esta definição é abrangente e causa muitas controvérsias e desacordos quanto a operacionalização e a medida dessa sustentabilidade, é o que diz Banerjee (2003). James O’Connor (1994, p.152) retratou sobre a ambiguidade do termo desenvolvimento sustentável, explicando que: “precisamente esta obscuridade leva tantas pessoas a falar e escrever sobre ‘sustentabilidade’: a palavra pode ser usada para significar qualquer coisa que se queira dizer e que é parte do seu apelo”.

Hopwood, Mellor, O’Brien (2005) visto que as diferentes interpretações de desenvolvimento sustentável podem ser confusas, mapearam três diferentes abordagens: *Status Quo*, Reformadores e Transformadores.

Os pertencentes ao *status quo* reconhecem a necessidade de mudança, mas não pelo ambiente e nem pela sociedade. Os ajustes são realizados sem grandes mudanças na sociedade, por meio de decisões e relações de poder. Para eles, o desenvolvimento é identificado com o crescimento e o crescimento é a solução. Esta é a visão dominante dos governos e empresas, e as pessoas do *Status Quo* atuam mais próximas das decisões nos corredores do poder (HOPWOOD, MELLOR, O’Brien, 2005).

Por outro lado, os reformadores aceitam mudanças na política e nos estilos de vida. No entanto, não acreditam que o colapso ambiental é consequência da necessidade de mudança da sociedade, e acreditam que os desequilíbrios são causados por falta de informação. Eles se concentram em tecnologia e os benefícios que esta pode trazer ao meio ambiente. Seus fundamentos são os argumentos para provocar mudanças e reconhecem o papel fundamental do governo para o desenvolvimento sustentável. Estão no governo, mas predominantemente dominadas por acadêmicos e especialistas nas ONGs (HOPWOOD, MELLOR, O’Brien, 2005).

Já os transformadores acreditam que uma reforma não é o suficiente. Eles priorizam a necessidade de transformação da sociedade como única forma para a geração de uma equidade. Não estão preocupados com o desenvolvimento, mas sim com o ambiente e as necessidades da natureza (HOPWOOD, MELLOR, O’Brien, 2005).

Sordi (2014, p. 106) afirma que em meio a essa discussão, o sistema político em nível internacional, “seja no âmbito nacional ou local, vem enfrentando dificuldades que o tornem suficientemente capaz de atender e transformar em políticas públicas capazes de promover um modelo alternativo e factível de desenvolvimento”. Ela informa ainda que as teorias que “abordam e defendem a sustentabilidade e desenvolvimento carecem de maior aprofundamento na dimensão político-democrática”.

Segundo Luchesse (2004, p. 3), Políticas Públicas são “como conjuntos de disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais relacionadas às tarefas de interesse público”. Ou seja, são atividades realizadas pelo próprio Estado ou as atividades de regulação que causam interferência na economia, no ambiente, na sociedade, no espaço e na cultura. A materialização das políticas públicas ocorre

por meio de sujeitos sociais e das atividades institucionais gerando resultados por meio de suas ações. (SILVA, LIMA, 2010).

Paavola (2001) defende que intervenções públicas, dentro do âmbito da sustentabilidade, são mais eficazes que ações individuais. Portilho (2005) argumenta que as ações coletivas e intervenções políticas seriam a estratégia mais eficaz para mudar os padrões de consumo atual, tornando-os mais sustentáveis.

Silva e Lima (2010) refletem que a gestão do Estado é um processo que exige interesses diversos e envolve atores sociopolíticos poderosos, principalmente no Brasil, onde os poderes existem para a sua perpetuação e submissão dos interesses da população pelos das elites. Para o entendimento desta gestão conciliada com as políticas públicas e desenvolvimento sustentável, é preciso investigar as relações de poder.

A concretização do “desenvolvimento sustentável” é necessária por meio da inclusão e proteção ambiental como ponto integrante do processo global dos países. Ou seja, deve estar no mesmo nível de importância de outros valores sociais e econômicos protegidos na ordem Jurídica e está diretamente ligada ao desafio político e aos espaços democráticos. Sendo a responsabilidade do Estado efetivar a proteção à democracia aos direitos humanos como condição ao desenvolvimento econômico e ao progresso (SORDIS, 2014).

O artigo 225 da Constituição Federal reconhece o direito a todos de um ambiente equilibrado para as presentes e as futuras gerações, que acarreta reflexões de valor ao apresentar implicitamente a proposta de uma justiça intergeracional. Dessa forma, segundo Sordis (2014, p. 111):

O princípio do desenvolvimento sustentável é norma vetora da política ambiental, da política econômica, da política urbana, encontrando-se positivada no texto constitucional brasileiro em uma perspectiva intergeracional, propondo a aplicação de um novo conteúdo ético para a fundamentação da atuação política por meio do desenvolvimento equitativo, prudente e duradouro.

As pesquisas mais recentes tratam do tema sustentabilidade no recorte ambiental quanto à análise do discurso de vozes institucionais dentro da execução dos projetos hidrelétricos na região da Amazônia (COSTA, OLIVEIRA, RAVENA, 2017).

No mais, percebemos o tratamento da análise de discurso no tema da sustentabilidade no âmbito empresarial no setor de energia elétrica, por meio de Coelho, Godoi, Coelho, Pascual (2012), que dissertam como ocorre o discurso dentro dos relatórios de sustentabilidade; e de Coelho, Lacerda, Coelho (2015), que discorrem sobre o discurso midiático dentro do setor hoteleiro em João Pessoa, Paraíba. Além de uma análise crítica de discurso do desenvolvimento sustentável a partir da Rio + 20 dentro de diferentes enfoques (GUIMARÃES, R., FONTOURA, 2012; WENCESLAU, ANTEZANA, CALMON 2012; MELO, SALLES, BELLEN, 2012). O desenrolar dos fatos históricos de como o tema foi abordado no Brasil serão descritos na próxima seção.

## **2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO DISCURSO POLÍTICO BRASILEIRO**

Conforme Fernandes (2001), os temas ambientais estão ganhando cada vez mais espaço, principalmente nos meios de comunicação. Em 1992, o assunto passou a ter um destaque mais amplo com a segunda Conferência Mundial das Nações Unidas (ONU) para o Meio Ambiente, a Eco-92. Dentre os movimentos sociais, o ambientalista é um dos que tem maior destaque. Diante dessa realidade, Castells (1999) lembra que nos anos 1990, 80% dos norte-americanos e dois terços da população europeia se consideravam ambientalistas. Esses dados acabaram

interferindo diretamente nos programas partidários e dificilmente os candidatos conseguiriam se eleger sem apresentar propostas ambientais em seus planos de governo.

No Brasil, conforme Cader e Vieira (2007), em 1930 aconteceu a consolidação de grandes investimentos públicos e privados em grandes obras, porém na época, o conceito de desenvolvimento sustentável era inexistente. Os autores contam que, após a conferência de 1972, o país se viu pressionado, pois o governo estava sendo acusado de defender o desenvolvimento a qualquer custo. Carvalho e Schimansk (2012, p. 5) lembram que com isso, “criou-se um projeto ambiental nacional que pudesse contribuir para redução de impactos ambientais advindos do crescimento decorrente da política desenvolvimentista”.

Nos anos 1970, período marcado pela anistia aos exilados políticos, e também pela conferência de Estocolmo, foi o ano em que, segundo Jacobi (2003), a emergência do ambientalismo brasileiro ganhou mais evidência. Na década seguinte, os ativistas políticos exilados no exterior estavam retornando ao país, e trouxeram consigo algumas tendências “influenciadas por movimentos ambientalistas mundiais”, conforme explica Carvalho e Schimansk (2012, p. 6).

Sirkis (1992) fala que essa temática começou a ganhar espaço nos partidos políticos na década de 80, como o Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Mesmo assim, em período eleitoral, a prioridade de assuntos abordados era com foco no desemprego, na fome e na miséria. Carvalho e Schimansk (2012, p. 6) ressaltam que “estas questões estavam diretamente ligadas as questões ecológicas”. Em 1986 nasceu o Partido Verde, tendo como base a ecologia. Nesse ano, Fernando Gabeira concorreu às eleições para governador do Rio de Janeiro e conseguiu 15% dos votos, resultado considerado bem positivo para um partido recém fundado.

Carvalho e Schimansk (2012) lembram que nesse período, alguns nomes de outros partidos conseguiram ser eleitos usando o discurso da ecologia.

“A partir desta data alguns ditos ecologistas conseguiram participação na política nacional, Fábio Feldmann foi eleito deputado federal pelo PMDB paulista e Carlos Minc eleito Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro pela coligação entre o PV e o PT (e mais tarde ministro do Meio Ambiente). Feldmann foi o responsável pela elaboração do capítulo sobre Meio Ambiente na Constituição Brasileira de 1988. Cader e Vieira (2007) pontuam que através da Constituição de 1988 as políticas ambientais evoluem e estados e municípios passam a ter competência para formularem suas próprias políticas, ao mesmo tempo em que determina ser direito de todos um meio ambiente ecologicamente equilibrado e que é dever do poder público e da coletividade defendê-lo e preservá-lo”. (CARVALHO, SCHIMANSK, 2012, p. 7)

Quando debatemos esse cenário onde podemos analisar o conteúdo de uma campanha recente, podemos ver como esse tema vem sendo apresentado, bem como as estratégias utilizadas pelos políticos para associar a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável à sua imagem.

Os autores também recordam que quando Fernando Collor de Mello foi eleito presidente da República em 1989, parte dos ecologistas brasileiros foram deslocados para o chamado *lobby*, que é definido no âmbito da ciência política como a influência em determinado procedimento de tomada de decisões políticas, em conformidade a uma orientação e interesse, seja ele social ou econômico (CARVALHO, SCHIMANSK, 2012).

Ainda em 1989 foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e em 1992, deu-se início ao Ministério do Meio Ambiente, que teve como principal objetivo formular a Política de Meio Ambiente no país, enquanto que o IBAMA ficava como órgão fiscalizador. De acordo com Sirkis (1992), Collor agregou o

discurso ambientalista a sua imagem, no entanto não conseguiu avançar em nenhuma área relacionada ao Meio Ambiente.

Antes das eleições de 1994, o Partido dos Trabalhadores propôs ao programa de governo de Luiz Inácio Lula da Silva o projeto "As bases ecológicas para um projeto de desenvolvimento". Na época, o setor que fez essa proposta ficou conhecido como "Ecopetistas". Em 1993, o PT formalizou a Secretaria Nacional de Ecologistas e Meio Ambiente (SNEMA). Dois anos depois, Marina Silva, na época filiada ao PT do Acre, foi eleita secretária nacional e mudou o nome para Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento (SMAD). A troca aconteceu pelo fato da necessidade de diálogo de todos os segmentos do partido, para que as ações contemplassem a promoção do desenvolvimento sustentável (CARVALHO E SCHIMANSK, 2012).

Nas eleições de 2010, Marina Silva, que já não pertencia mais ao Partido dos Trabalhadores, mas sim ao Partido Verde, levantou a bandeira da sustentabilidade. Em 2014, o discurso de Marina Silva permaneceu, mesmo estando em outro partido, o REDE de Sustentabilidade, onde primeiramente estava como vice de Eduardo Campos, que faleceu em um acidente aéreo durante a campanha presidencial, tendo ela assumido o posto de candidata em seguida. Nesse mesmo período, Aécio Neves, candidato pelo PSDB, assumiu compromissos com as áreas sociais e a sustentabilidade para que Marina Silva, e a família Campos, se alinhassem à campanha do candidato tucano (PIZA, 2014).

### 3 MÉTODO

A presente pesquisa é documental, descritiva, com abordagem qualitativa, e utiliza a técnica de Análise de Discurso do ponto de vista de Pêcheux (1993) e Análise de Conteúdo pelo ponto de vista de Bardin (1977).

A pré-análise foi realizada a partir da representatividade dos candidatos que obtiveram mais de um milhão de votos. Os documentos analisados (isto é, os planos de governo de cada um dos quatro candidatos – Dilma Rousseff (PT – 43.253.800 votos), Aécio Neves (PSDB – 34.857.715 votos), Marina Silva (PSB – 22.159.951 votos), Luciana Genro (PSOL – 1.609.982 votos) foram encontrados a partir de uma busca nos próprios sites dos candidatos.

Bardin (1977) afirma que a análise de conteúdo pode ser pela abordagem quantitativa pela observação da frequência de elementos ou pela abordagem qualitativa por características particulares e deduções específicas. Para o presente trabalho foi utilizada as duas abordagens.

Os critérios escolhidos para análise de conteúdo foram: 1) O número de vezes em que as palavras “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável” apareciam no plano de governo; 2) Categorização dos termos “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade”, conforme a percepção das três abordagens mapeadas por Hopwood, Mellor, O’Brien, (2005), e 3) A construção de inferências mediante o resultado da categorização com a análise de discurso mediante de cada candidato.

Para a análise do discurso foi levado em consideração o contexto léxico de cada palavra no discurso e a observação do contexto histórico de cada candidato. Esta análise teve como referência a abordagem francesa de Pêcheux (1995). Conforme explica Caregnatto, Mutti (2006), buscando compreender como o discurso produz sentido e significado por meio das marcas de oralidade, ou seja, como ocorre a construção da ideologia dentro da prática política.

Com as inferências construídas na análise de conteúdo, por meio da categorização construída à luz de Hopwood, Mellor e O’Brien (2005) com base no contexto de cada palavra no texto, também observamos o momento histórico, uma vez que o Brasil estava passando por uma situação delicada. Pautasso e Adam (2014, p. 37) lembram que o quadro eleitoral de 2014 apontava “para nova polarização entre PT e PSDB, repisando o que tem ocorrido desde as eleições presidenciais de 1994”. Paralelo a isso, pautamos na próxima seção o contexto de

cada candidato relacionado, e por fim, expresso na conclusão, a análise comparativa dos resultados entre os presidencialistas.

## 4 DISCUSSÃO DE RESULTADOS

### 4.1 Análise de Conteúdo (Bardin, 1977)

Em todos os planos de governo é possível identificar que os termos "Sustentabilidade" e "Desenvolvimento Sustentável" acabam se confundindo algumas vezes, como já observado no referencial teórico por Hopwood, Mellor, O'Brien, (2005). Porém, a predominância está no uso da palavra desenvolvimento sustentável. Os resultados encontrados da análise de conteúdo dos planos de governo dos candidatos em 2014 estão expostos na tabela 1.

**Tabela 1- Análise de Conteúdo dos Planos de Governo (2014)**

Candidatos	Análise Quantitativa por frequência						Análise Qualitativa por categoria		
	"Sustentabilidade"	F	"Desenvolvimento Sustentável"	f	Total	F (t)	Status Quo	Reformadora	Transformadora
1-Dilma	0		2	4%	2	3%	X	X	
2-Aécio	7	33%	6	14%	11	18%	X	X	
3-Marina	13	61%	32	78%	45	75%		X	X
4-Luciana Genro	1	4%	1	2%	2	3%			X
Total	21	35%	41	68%	60	100%		X	

Fonte: Elaborado pelos autores ( 2017)

#### Análise do Plano de Dilma Rousseff

No plano de governo da candidata 1, Dilma Rousseff (PT), nota-se que ela não mencionou a palavra "sustentabilidade". No entanto, "desenvolvimento sustentável" aparece duas vezes. Na primeira vez em que a expressão aparece, a candidata fala que em seu primeiro mandato alcançou metas ousadas, mas não especificou quais, e que tornou o país no "maior redutor de emissões de gases de efeito estufa no planeta" (ROUSSEFF, 2014, p. 11). A candidata reforça o discurso da modernização, mas faltam informações de como será feito. Durante a pesquisa, como não foram encontradas medidas efetivas de trabalho em prol da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, pode-se sugerir uma abordagem mais "Status Quo", porém devido à falta de exposição das propostas não é possível determinar isso com clareza, pois pode haver uma oscilação entre Status Quo e reformador. Foi verificado também o plano de governo de 2010, no entanto, a candidata sugere a continuação dos programas desenvolvidos pelo seu antecessor, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

#### Análise do Plano de Aécio Neves

No plano do candidato 2, Aécio Neves (PSDB), a palavra "sustentabilidade", dentro do recorte ambiental, aparece sete vezes. A primeira abordagem é voltada para os projetos habitacionais, onde o candidato explica que haverá uma "inclusão de critérios de



sustentabilidade nos projetos habitacionais, com o objetivo de estimular habitações sustentáveis em termos de eficiência energética e conservação de água" (NEVES, 2014, p.20).

Outro tópico em que a palavra aparece é na proposta de ampliação de ações diplomáticas nos temas globais, principalmente em assuntos como a mudança de clima, energia, democracia, direitos humanos e comércio exterior. O assunto tem um capítulo especial no plano de governo. Aécio Neves (2014, p.67) acredita que "a política de sustentabilidade tem valor fundamental para o futuro do Brasil". Nesse capítulo, o candidato apresenta propostas voltadas para a mobilidade urbana, economia de baixo carbono, saneamento para o setor mais carente da infraestrutura social brasileira. Aécio Neves (2014, p. 75) também destinou um capítulo para abordar diretamente assuntos sobre o meio ambiente, com diretrizes que dão a "garantia de que critérios de sustentabilidade estejam presentes nas suas três dimensões - social, ambiental e econômica". Em relação ao levantamento da palavra "desenvolvimento sustentável", as menções aconteceram seis vezes, sendo três voltadas para a agricultura familiar, duas para o fortalecimento de negócio e uma para o fortalecimento da sociedade.

No plano de governo do candidato Aécio Neves, percebe-se a predominância da abordagem, segundo Hopwood, Mellor, O'Brien (2005), de reformador quando aceita algumas mudanças em prol do desenvolvimento, porém é possível também identificar algumas passagens de *status quo*, pois conforme os autores Hopwood, Mellor, O'Brien (2005, p. 41, tradução nossa), os adeptos dessa visão acreditam "que a globalização não enfraquece a proteção social e ambiental". Isso pode ser identificado no contexto das propostas apresentadas, quando o candidato fala sobre as ampliações das ações diplomáticas. Os mesmos pontos também são identificados quando o assunto é desenvolvimento sustentável, uma vez que ele argumenta o termo como negócio. Para os autores, o *status quo* acredita que "o negócio é o *drive* para a sustentabilidade". Aécio Neves (2014, p. 13) reforça essa classificação de *status quo* ao declarar "apoio às inovações tecnológicas e à democratização do acesso às tecnologias relacionadas a sistemas de produção sustentáveis, sobretudo de base agroecológica".

### **Análise do Plano de Marina Silva**

No plano da candidata 3, Marina Silva (PSB), o termo "sustentabilidade" é apresentado treze vezes. O termo "desenvolvimento sustentável" aparece trinta e duas vezes. É importante observar que a candidata enfatiza o desenvolvimento sustentável como principal compromisso do seu plano de governo.

Os contextos dos termos "sustentabilidade" e "desenvolvimento sustentável" encontrados dentro do plano de governo da Marina estão situados dentro de seus principais objetivos. Os termos também se encontram dentro de um contexto voltado para a educação quando, por exemplo, Marina Silva (2014, p. 23) propõe que vai "estruturar cursos de educação ambiental de gestores e servidores públicos". Para Hopwood, Mellor e O'Brien (2005, p.43, tradução nossa), "os reformadores geralmente não localizam a raiz do problema da natureza da sociedade atual, mas em desequilíbrios e falta de conhecimento e informação". Além disso, os autores apontam que os reformadores reconhecem "que o governo tem um papel fundamental no caminho para o desenvolvimento sustentável" (HOPWOOD, MELLOR E O'BRIEN, 2005, p.44, tradução nossa), uma vez que ela quer a obrigatoriedade dos órgãos públicos na elaboração de um inventário de emissões de gases de efeito estufa, além do aperfeiçoamento da legislação e das normas sobre licitações sustentáveis.

Marina Silva trouxe a discussão do desenvolvimento sustentável como pontos principais para a simplificação, como a transição para a economia de baixo carbono, reduzindo as desigualdades e a incorporação da inovação tecnológica nos processos produtivos. Mais uma

vez ela adquire um caráter reformador, quando, de acordo com Hopwood, Mellor, O'Brien, (2005), aceita mudanças que não necessariamente remetem a mudança do modelo de sociedade.

Outro ponto que classifica a candidata Marina Silva como reformadora é quando ela incentiva a energia renovável, além de "incentivar faculdades e universidades a realizar pesquisas que resultem em propostas inovadoras para subsidiar as diferentes dimensões da sustentabilidade, da equidade social e de novos conhecimentos" (SILVA, 2014, p. 107).

### **Análise do Plano de Luciana Genro**

O primeiro momento em que aparece a palavra sustentabilidade no governo de Luciana Genro (PSOL) é quando ela aborda a sustentabilidade ambiental como metas de sua proposta de governo. O momento em que a palavra desenvolvimento sustentável aparece no seu discurso aborda pela necessidade de mudança da proposta de desenvolvimento das Grandes Corporações para uma abordagem de desenvolvimento sustentável como forma de distribuição de riquezas e fim da precariedade. Os termos "sustentabilidade" e "desenvolvimento sustentável" aparecem apenas uma vez cada, porém ela utiliza três páginas para tratar sobre o meio ambiente.

Percebe-se que Luciana Genro tem um discurso mais transformador quando ela trata em seu plano de governo a necessidade da mudança do modelo atual de desenvolvimento como meio para a mudança da sociedade. Por esse discurso, é possível identificar, conforme Hopwood, Mellor, O'Brien, (2005), que os transformadores veem os problemas do meio ambiente ou sociedade como fundamentais. Sendo necessária uma transformação da sociedade e/ou relações humanas com o meio ambiente para evitar uma crise, ponto enfatizado pela palavra modelo. No contexto da palavra sustentabilidade, também se observa um discurso transformador, visto a forma de enxergar o ambiente pelos termos "natureza" e "ecologia", citado nove vezes e duas vezes, respectivamente, apontando uma abordagem mais transformadora.

## **4.2 Análise de Discurso conforme Pêcheux (1993)**

### **4.2.1 Análises dos Planos de Governo 2014.**

#### **Candidata 1 – Dilma Rousseff**

Num primeiro momento, foi ressaltado a iniciativa realizada no primeiro mandato desta, onde ela afirma: "alcançamos metas ousadas em nossas políticas ambientais. Os excepcionais resultados logrados pelo Brasil no combate ao desmatamento ilegal na Amazônia e no Cerrado garantiram ao país o papel de maior redutor de emissões de gases de efeito estufa no Planeta" (ROUSSEFF, 2014, p.11). Segundo o plano, em 2013 foi aprovado o novo código florestal, que garantiu as bases mais sustentáveis para a produção agrícola e mais segurança para os produtores. A candidata também afirmou que os mecanismos de licenciamento ambiental foram aprimorados, avançando na regulamentação do uso sustentável de nossa biodiversidade.

Além dessa abordagem, a candidata apresenta como proposta três instâncias que, para ela, serão protagonistas da política ambiental do país para a qualificação do projeto nacional de desenvolvimento sustentável, que inclui a modernização do licenciamento ambiental, que na época estava em curso com a regulamentação da Lei Complementar 140, que tem como objetivo "proteger, defender e conservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, promovendo uma gestão descentralizada, democrática e eficiente".

Dentre as outras propostas estão a redução de emissões e o engajamento nas negociações climáticas internacionais, além de acelerar a implementação do cadastro ambiental rural, que envolve a integração entre o Governo Federal e as administrações estaduais. O plano também menciona o fortalecimento da reestruturação produtiva em direção à economia de baixo carbono e a aposta no uso de recursos naturais "como a melhor forma de sua preservação, em especial

pelas populações tradicionais que ocupam regiões importantes do ponto de vista da biodiversidade" (ROUSSEF, 2014, p. 28). Isso porque desde o seu antecessor, o ex-presidente Lula, que eles vêm buscando temas relacionados com a política internacional, ainda mais com as forças político-partidárias que os representam, indo de encontro com o que o Partido dos Trabalhadores vem propondo nos últimos anos.

### **Candidato 2 – Aécio Neves**

As diretrizes do Plano de Governo desse candidato estavam organizadas em oito áreas, como cidadania, economia, educação, estado eficiente, relações exteriores e defesa nacional, saúde, segurança pública e sustentabilidade. Dentre as propostas, o candidato 2 estabelece a inclusão de critérios de sustentabilidade nos projetos habitacionais, com o objetivo de estimular habitações sustentáveis em termos de eficiência energética e conservação de água, apontando para mudanças habitacionais em prol de um desenvolvimento sustentável.

No documento, ele aponta que "a política de sustentabilidade tem valor fundamental para o futuro do Brasil. Abrangendo todas as áreas de atuação governamental, torna-se a cada dia a demanda maior da sociedade e a necessidade de todas as pessoas, em seu compromisso com o futuro" (NEVES, 2014, p. 67). Demonstrando nesse discurso, conforme já observado na análise de conteúdo traços da abordagem *status quo*, que vê a sustentabilidade como um negócio. Tal visão do candidato relaciona-se com o fato de que os partidos de oposição criticam o governo de Dilma com perspectivas opostas. Além disso, o PSDB carrega consigo as heranças de seus governos anteriores, como Fernando Henrique Cardoso, uma vez que possuem a mesma origem partidária e a mesma base político-econômica. Podemos apontar também o fato de que a crítica do candidato Aécio Neves está na ideologização da política externa.

“Essa Cidadania Planetária significa que o cidadão deve ter condições de bem estar em termos muito concretos, especialmente nas cidades: respirar ar puro, ter água de qualidade, saneamento e alimentos saudáveis, ter boas condições de mobilidade urbana, ter acesso à educação, lazer e cultura”. (NEVES, 2014, p 72).

Este ponto é um caráter reformador do discurso, pois se preocupa com o meio ambiente visando o bem-estar da população. Ele aponta também caráter reformador quando trata de “Transição para uma Economia de Baixo Carbono para o enfrentamento do aquecimento global” (NEVES, 2014, p. 73). Ou seja, ele aceita algumas mudanças desde que essas não interfiram no bem-estar da população.

### **Candidata 3 – Marina Silva**

Por suas marcas de oralidades descritas em "a sustentabilidade também deve ser um dos vetores do desenvolvimento brasileiro" (SILVA, 2014, p. 79), ela começa seu plano de governo responsabilizando a crise de representação em que o sistema político imergiu como um grande fator limitante do desenvolvimento com justiça e sustentabilidade. Ela apresenta como um dos seus grandes objetivos a luta pela justiça social e pelo desenvolvimento com sustentabilidade. Além disso, a reforma da política e das instituições impulsiona o desenvolvimento sustentável, que foi enfatizado no plano de governo através das pautas de economia.

Quando o assunto é educação, cultura e ciência, tecnologia e inovação, Marina Silva afirma que “são áreas articuladas e que juntas constituem os principais fundamentos do desenvolvimento sustentável, baseado na cidadania plena” (SILVA, 2014, p. 95). A candidata Marina utiliza muito a palavra “reforma”, e dá um grande valor à informação e à educação evidenciando, como já visto, uma abordagem mais reformadora. No entanto, é importante ressaltar que a presidenciável, com trajetória política em partidos como PT, PV, Rede e PSB, em sua campanha, usou um discurso conservador de cunho religioso e moral. Mesmo que sua trajetória política tenha essa base reformista, a candidata apresentou apoio ao candidato Aécio

Neves no segundo turno, tornando seu próprio discurso incoerente com o que ela afirma acreditar e defender. Um outro trecho de seu discurso no plano de governo é:

"Um dos grandes desafios para o Brasil é encontrar as bases para o desenvolvimento sustentável, o que implica rever a noção de progresso, agregando-lhe um sentido mais humano, justo, solidário e respeitoso – tanto para as pessoas quanto para o planeta. A transição para esse novo modelo deve ser planejada, e o governo precisa lançar mão de políticas públicas adequadas a esse objetivo". (SILVA, Marina, 2014 p. 79)

Neste discurso, porém, ela adquire traços mais transformadores quando induz a necessidade de uma transformação da sociedade. Tal traço pode se refletir talvez pela sua jornada política em partidos voltados para as questões da natureza, como o Partido Verde (PV).

Em seu plano de governo, Marina Silva (2014, p. 43) defende também que "precisamos de um governo que preze a estabilidade macroeconômica e que busque a aceleração do crescimento, mas não faça disso um fim em si mesmo". Essa fala reforça novamente um discurso reformador, pois de acordo com Hopwood, Mellor e O'Brien (2005, p. 44, tradução nossa), eles aceitam a existência de problemas e mudanças, criticando o atual governo, pois "presume-se que estes podem ser alcançados ao longo do tempo dentro das Estruturas sociais e econômicas atuais".

#### **Candidata 4 – Luciana Genro**

Ela levantou a questão da sustentabilidade ambiental como meta no campo do planejamento. Em seu discurso, apresenta que “o desenvolvimento desenfreado do capitalismo no Brasil tem promovido uma grande destruição ambiental. A poluição das águas, ar e solo são prova disso” (GENRO, 2014, p.34). Evidenciando uma crítica ao sistema de modelo atual por meio de argumentos que comprovam isso.

Um outro trecho que apresenta bem essa percepção é: “o Brasil, país rico em recursos ambientais e humanos pode e deve, a partir de uma concepção ecossocialista, construir políticas de transição para um novo modelo de desenvolvimento, em benefício de seu povo e do meio ambiente” (GENRO, 2014, p.34). Esta percepção também mostra a evidência do discurso pela abordagem transformadora quando faz claramente uma demonstração da necessidade de um novo modelo mais justo. A candidata propõe várias mudanças em seu plano de governo, até na política de financiamento do BNDES, pois segundo a presidenciável, privilegia grandes multinacionais e empreiteiras. Tais propostas confirmam a linha de pensamento que o PSOL acredita e defende, ainda mais quando abordam a falta de autonomia e ideologia ideal por não questionarem o mercado internacional.

## **5 CONCLUSÃO**

É perceptível a confusão entre os conceitos “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável”, sendo muitas vezes tratados como sinônimo. No entanto, com o contexto histórico dessa abordagem, vemos como vem crescendo a preocupação em colocar nos planos de governo propostas voltadas para essas áreas e um certo interesse geral ainda que tímido dos candidatos em citar este assunto em seus planos de governo.

A abordagem destes candidatos segundo Hopwood, Mellor e O'Brien (2005), condizem com as linhas do partido. Para a candidata Dilma, não foi possível identificar com clareza sua visão, sugerindo, porém uma abordagem mais de *status quo* ou reformadora. O candidato Aécio é predominantemente reformador, porém em muitas partes, pode-se encontrar também uma visão de *status quo*. A candidata Marina, é predominantemente reformadora, porém em certo

momento é possível observar um discurso transformador e a Luciana Genro possui uma abordagem transformadora segundo Hopwood, Mellor e O'Brien (2005).

Pela análise de discurso dos presentes candidatos é possível observar que os candidatos que trataram as questões ambientais de forma mais enfática, tiveram como ponto de partida suas questões sócio históricas, que na maior parte dos casos seguem o discurso com a coerência das linhas do pensamento do partido.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BANERJEE, S. B. Who Sustains Whose Development? Sustainable Development and the Reinvention of Nature. **Organization Studies**, v.24, n.1, p. 143-180, 2003.

BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa Qualitativa: Análise De Discurso Versus Análise De Conteúdo. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, out./dez. 2006.

CADER, R.; VIEIRA, Liszt. Dossiê: Desenvolvimento e sustentabilidade. **Teoria e Debate**, edição 69, 2007. Disponível em: < <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/dossie-desenvolvimento-e-sustentabilidade?page=full> >. Acesso em: 15 jul. 2017.

CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João Paulo R.; OLIVEIRA, José Antonio Puppim de **Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós- Rio-92**. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental. 2004.

CARVALHO, Gabriel Ferreira; SCHIMANSK, Édina. **Retórica ambiental: o discurso do meio ambiente na política**. Niterói: ANINTER-SH/PPGSD-UFF, 2012.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, Cristina, A; OLIVEIRA, Cláudia, I; RAVENA, N. Vozes institucionais e os discursos de dominação: análise dos grandes projetos hidrelétricos na Amazônia.. **Revista FAMECOS - Mídia, Cultura e Tecnologia**, v. 24, n. 2, p. 80-101, maio 2017.

COELHO; Ana Lúcia de Araujo Lima; LACERDA, Silvana Márcia Batista; COELHO, Christiano. A construção do discurso midiático sobre a Sustentabilidade em Empreendedorismo do Setor Hoteleiro. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO,18, 2015. São Paulo. **Anais eletrônicos...**São Paulo: USP, 2015. Disponível em: Acesso em:

COELHO, Ana Lucia de Araujo Lima et al. Análise do discurso de sustentabilidade em uma empresa do setor de energia elétrica. **Revista Gestão e Conexões**, Vitoria, v. 1, n.1, jul./ dez. 2012.

FERNANDES, Francisco Assis Martins. **O papel da mídia na defesa do meio ambiente**, 2001. Disponível em: < <http://docplayer.com.br/1415537-O-papel-da-midia-na-defesa-do-meio-ambiente.html>>. Acessado em: 4 jun. 2017

GUIMARÃES, R; FONTOURA, Y. Desenvolvimento sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, p. 508-532, set. 2012.

HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable development: mapping diferente approaches. **Sustainable Development**, v. 13, p.38-52, 2005.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Caderno de Pesquisa**, n.118, p. 189-206, mar. 2003.

LUCCHESSE, P.R.P. (Coord.) Introdução. Políticas Públicas em Saúde. Biblioteca Virtual em Saude. São Paulo. BIREME/OPAS/OMS, 20014. Disponível em: Acesso em : 30 jul. 2004.

MELO, Paulo Thiago Nunes Bezerra de, SALLES, Helena Kuerten de ; BELLEN, Hans Michael Van. Quadro institucional para o desenvolvimento sustentável: o papel dos países em desenvolvimento com base na análise crítica do discurso da Rio+20. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro, v. 10. n. 3, p. 701-720. set. 2012.

O'CONNOR, J. Is sustainable capitalismo possible? In: O'CONNOR, M. (Ed). **Is capitalismo sustainable?** Political economy and the politics of ecology. New York: The Guilford Press, 1994. p. 125- 151.

PAAVOLA, J. Economics, ethics and green consumerism. In: COHEN, M.; MURPHY, J. (Ed.). **Exploring sustainable consumption:** environmental policy ant the social sciences. Oxford: Elsevier Science, 2001. p. 79-96.

PAUTASSO, D.; ADAM, G. P. A política da política externa brasileira: novamente entre autonomia e alinhamento na eleição de 2014. **Revista Conjuntura Austral**, v. 5, n. 25, ago./set. 2014.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (org). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: Ed Unicamp, 1993. p. 61-105.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Traduzido por Eni Pulcinelli Orlandi, Lorenço Chacon J. filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana M. Serrani. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PIZA, Paulo Toledo. Marina Silva declara apoio ao Aécio Neves no Segundo Turno. **G1**, São Paulo, 12 de out. 2014. Disponível em: < <http://g1.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2014/noticia/2014/10/marina-silva-declara-apoio-aecio-neves-no-segundo-turno.html>> Acesso em 29 jul. 2017

PORTILHO, F. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização as práticas de consumo. **Cadernos EBAPE.BR**, v.3, n. 3. 2005. Edição Temática.

ROMEIRO, A.R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico- ecológica. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p.65-92, 2012

SILVA, Christian Luis da; LIMA, José Edmilson de Souza. **Políticas Públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

SIRKIS, Alfredo. Apêndice: Enquanto isso, na terra do pau-brasil ... IN: McCORNICK, John. A história do movimento ambientalista. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1999.

SORDI, Maria de Lourdes Silveira. Democracia e desenvolvimento sustentável. **UNIVERSITAS JUS**, v. 25, n. 2, p. 105-113, jul./dez. 2014.

SOUZA, Maria Tereza Saraiva de; RIBEIRO, Henrique César Melo. Sustentabilidade Ambiental: Uma Meta Análise da Produção Brasileira em Periódicos de Administração. **Revista Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v 17, n 3, p. 368-396, maio/jun. 2013.

WENCESLAU, Juliana, Latino; ANTEZANA, Natalia, du Pin; CALMON, Paulo. Políticas da Terra: Existe um novo discurso ambiental pós Rio +20? **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, 2012.